

- LXVIII -**ESCOLA PÚBLICA: PRESSUPOSTOS E
CONSEQUÊNCIAS DA SUA DEMOCRATIZAÇÃO****Roberta Gurgel Azzi**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
azzi@unicamp.br**Miguel Henrique Russo**Universidade Cidade de São Paulo – UNICID
mh.russo@uol.com.br**INTRODUÇÃO**

Este texto tece reflexão sobre aspectos que se apresentam na cotidianidade da administração escolar e que, por vezes, não são valorizados na implementação das políticas de democratização da escola. A temática da administração da escola pública e da sua democratização tem merecido, nas últimas décadas, a atenção dos políticos, dos acadêmicos e dos gestores públicos. Muito já se produziu de pesquisas, de livros e artigos e de políticas públicas e institucionais visando contribuir com a melhoria do ensino público aproximando a escola da comunidade e democratizando sua gestão. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) incluíram dentre os princípios da educação, no Brasil, a gestão democrática da escola pública.

Com esse extenso rol de ações seria de esperar que a escola pública, genericamente entendida, tivesse incorporado às suas práticas a participação da comunidade no processo de tomada de decisões fazendo funcionar, conforme concebidas, as instâncias institucionais próprias para esse fim (Conselho de Escola; Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis). Não é esse o quadro que as pesquisas realizadas no espaço cotidiano das escolas têm revelado (cf. PARO, 1992, 1992a, 2001; RUSSO, 1995, 1999). Apesar dos avanços registrados não se pode afirmar que tenha havido mudança significativa na prática gestora e na participação da comunidade na escola.

Nosso propósito, neste texto de caráter ensaístico, é somar nossa contribuição, advinda da pesquisa e da prática gestonária, ao esforço para a democratização da educação e para a melhoria da sua qualidade.

O PROBLEMA

Para além, daquilo que as unidades escolares das redes públicas de ensino têm em comum, que é o compartilhamento da mesma estrutura normativa e burocrática, entendo que cada uma possui uma história e uma cultura que lhes assegura sua singularidade. Daí a compreensão de que cada escola deve possuir seu próprio projeto educativo, construído, reconhecido e defendido por todos os segmentos da comunidade escolar.

O mais crucial fator restritivo que a escola pública tem para cumprir suas funções educativas, sociais, políticas, etc. é sua organização burocrática. A burocracia é míope e não sabe, ou não consegue, conviver com a diversidade, com a heterogeneidade, com a autonomia, precisa homogeneizar, padronizar tudo: currículo; regras; procedimentos, etc., atropelando, assim, a singularidade das unidades escolares e seus contextos.

Se se quer uma educação que atenda aos interesses dos amplos segmentos das camadas trabalhadoras é crucial abrir a administração das escolas à participação da sociedade, representada pela comunidade próxima (usuários) e pelos setores organizados representativos dos interesses dos trabalhadores.

Há evidências empíricas de que a democratização da gestão da escola, o que pressupõe a participação da comunidade nas decisões, produz a melhoria da qualidade da educação e do ensino e, assim, a democratização do saber, fim último da escola.

Sem nos aprofundarmos, face às limitações deste texto, é preciso entender a verdadeira natureza da administração. Ela é uma mediação entre os recursos de que dispõem os homens para a realização de fins determinados para os seus processos de trabalho e os resultados desse processo.

A administração burocrática, ou a organização burocrática do trabalho, tem se revelado disfuncional face a natureza do processo de produção pedagógico escolar e isto representa um desafio a que se construa uma teoria que a leve em conta.

QUESTÕES EM DESTAQUE

Isto posto podemos fixar alguns pontos sobre a democratização da escola e sobre a participação da comunidade para destaque neste texto.

1. A luta pela democratização da escola assume o caráter de paradigma para as demais lutas sociais. Especialmente pelo caráter pedagógico que ela tem face a centralidade da educação na formação para a cidadania. O caráter pedagógico da democratização da escola se manifesta sob diferentes prismas:

- pela prática da cogestão da coisa pública, isto é, através da gestão colegiada, com a participação de todos os segmentos que têm interesse na escola, poder-se-á dar a ela a direção dos interesses da maioria eliminando-se o caráter de aparelho ideológico que o Estado lhe imprime.
- pela benéfica abertura que provocará na perspectiva que têm da escola pública os próprios educadores escolares. O compartilhamento do poder na gestão escolar com os usuários (alunos e pais), com membros de outras instituições da sociedade civil e com os trabalhadores administrativos introduzirá novas visões sobre o papel da educação e da escola, facilitando a aproximação dos educadores dos interesses da classe trabalhadora quanto do caráter de instituição pública da escola.

Com essas mudanças não só os educadores poderão dar novos sentidos às suas lutas como contarão com maior adesão e apoio da comunidade para elas.

2. A democratização da escola tem consequências que atendem a interesses amplos da sociedade e também a interesses específicos dos vários segmentos escolares.

Para os professores significa a democratização do seu local de trabalho. Condição necessária, ainda que não suficiente, para sua atuação como educador. A participação do educador no seu local de trabalho é parte das condições necessárias para a construção de uma sociedade participativa. É o local de trabalho que propicia a oportunidade de iniciação no trato das questões de interesse coletivo. É, portanto, fundamental para a democracia participativa que os trabalhadores tenham acesso ao processo de tomada de decisões no seu local de trabalho. Na escola, foco do nosso interesse, isto não tem acontecido plenamente.

Para os alunos a democratização da escola trará não somente a melhoria do ensino, mas também a vivência de participação e da corresponsabilidade na gestão escolar que, de certo, contribuirão para sua formação política e ampliarão sua inserção no processo educativo escolar. É sempre bom lembrar que é na participação do aluno que se reconhece sua condição de sujeito do processo pedagógico escolar.

Os pais de alunos e outros membros da comunidade se beneficiarão da democratização da escola pela oportunidade de participação na gestão dos recursos públicos. A vivência que daí decorre poderá contribuir na luta pela conquista de outros espaços de participação tanto no âmbito das relações sociais de produção quanto no da luta política. Terá também caráter pedagógico o conhecimento mais aprofundado que as camadas populares terão da educação e da gestão da escola.

3. Como já registramos anteriormente a gestão escolar tem merecido alguma atenção e estudos, mas estamos longe de chegar a propostas concretas que deem conta de todos os aspectos implicados na formulação de uma concepção democrática ou que sirvam de guias seguros para resolver questões que se põem para sua prática concreta.

A propósito deste item queremos registrar que as discussões sobre o tema têm estado mais presentes na esfera acadêmica do que no espaço da prática escolar. Não se observa, com frequência, no espaço escolar, discussão sobre o assunto. Quando arguidos sobre a gestão e sua democratização os professores emitem murmúrios quase inaudíveis.

PARA FINALIZAR....

A reflexão realizada no texto é a renovação de questões que se impõem como desafios aos estudiosos em geral e aos educadores escolares. A democratização e a participação da comunidade na escola constituem-se em temáticas permanentes no campo da educação.

A finalidade do texto é recuperar dimensões da questão central que podem contribuir para estimular reflexões, especialmente na escola. Para além, de alguns fundamentos apresentados, creio que o item que destaca consequências da democratização e da participação no processo de tomada de decisões traz argumentos esclarecedores sobre o papel dos diferentes agentes escolares.

REFERÊNCIAS

PARO, Vitor H. Participação da comunidade na gestão da escola pública. *Série Ideias*, São Paulo, n. 12, p. 39-47, 1992.

PARO, Vitor H. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. *RBEP*, Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-90, maio-ago. 1992a.

PARO, Vitor H. Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In. _____. *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001. (p.101-112)

RUSSO, Miguel H. *Teoria e prática na administração da escola: confluências e divergências*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação da USP, 1995.

RUSSO, Miguel H. Gestão da escola: rituais de uma prática burocratizada. Texto apresentado no XIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Congresso Luso-Brasileiro de Administração Educacional. Santos, SP, novembro de 1999.